

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA (MPE/BA) E O OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BARREIRAS (OSB) PARA O DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES INTEGRADAS EM TODO O ESTADO DA BAHIA.

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, doravante designado **MPE/BA**, por intermédio da Procuradoria-Geral de Justiça, inscrita no CNPJ sob nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia (CAB), Salvador/BA, CEP 41745-004, neste ato representado pela Procuradora-Geral de Justiça **EDIENE SANTOS LOUSADO**, nomeada por Decreto do Governador do Estado publicado no Diário Oficial do Estado de 11 de março de 2014, e o **OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BARREIRAS**, com sede na Avenida Benedita Silveira, 156, sala 318, Centro, Barreiras/BA, inscrita no CNPJ/MF sob n. 23.333.364/0001-61, doravante denominado **OSB**, representado neste ato pelo seu Presidente **CARLOS ANDRÉ DA SILVA PRADO**, [REDACTED] firmam o presente Termo de Cooperação Técnica, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: FINALIDADE E OBJETO

O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objetivo a realização de ações integradas entre o **MPE/BA** e o **OSB**, em todos os seus projetos e programas, áreas de conhecimento, com o fito de efetivar a fiscalização dos atos dos Poderes Públicos, consagrando o controle social, de modo preventivo e repressivo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Será elaborado Plano de Trabalho anual pelos gestores deste Termo de Cooperação Técnica que fará parte deste Instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA: EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

As atividades contemplarão reuniões, seminários, colóquios, congressos, palestras, visitas/inspeções a órgãos públicos, incluindo obras em execução, unidades escolares ou de saúde, além de pesquisas e suporte técnico no seio da comunidade barreirense, aproximando o Ministério Público e o Observatório Social de Barreiras da sociedade em todos os domínios do conhecimento e áreas de atuação das duas instituições.

PARÁGRAFO ÚNICO: Para a execução das atividades, o **MPE/BA** e o **OSB** poderão em conjunto ou isoladamente realizar parcerias com outros órgãos e instituições públicas e privadas.

CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (MPE/BA)

1. Disponibilizar formalmente ao **OSB** dados, relatórios, documentos e imagens necessários ao desempenho de suas atividades, no que diz respeito ao suporte técnico;
2. Requisitar dos entes públicos, quando necessário, o acessos aos dados, relatórios, documentos e imagens necessários à atuação fiscalizatória;

3. Participar das atividades relacionadas aos temas envolvidos nos Programas e Projetos que forem organizadas pelo OSB, isolada ou em conjunto com outras instituições, encaminhando representante para participar da elaboração e execução da atividade, sob a coordenação do OSB;
4. Divulgar as ações realizadas em parceria com o OSB, em suas ações institucionais e no desenvolvimento e execução do Programa e resultados obtidos.
5. Elaborar, anualmente, o Plano de Trabalho, em conjunto com o OSB, que será parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES DO OBSERVATÓRIO SOCIAL DE BARREIRAS (OSB)

1. Realizar de per si ou acompanhar o MPE/BA em visitas/inspeções em órgãos públicos, incluindo obras em execução, unidades escolares ou de saúde, com periodicidade compatível com a realidade de condições técnicas e materiais da unidade local do OSB e regiões circunvizinhas, através de profissionais habilitados que integrem o OSB, além de outras diligências externas, reuniões, visitas, seminários, palestras, encontros para a execução do programa de trabalho, organização de atividades programadas de acordo com o cronograma proposto;
2. Disponibilizar recursos humanos qualificados para o desenvolvimento de ações, projetos, campanhas publicitárias e eventos;
3. Permitir a participação de membros do Ministério Público e servidores em cursos, seminários, congressos e projetos, na forma da regulamentação específica de cada evento;
4. Divulgar as ações realizadas em parceria com o MPE/BA, em suas ações institucionais e no desenvolvimento, inserindo a logomarca do MPE/BA em panfletos, *folder's*, cartazes, *banner's*, cartilhas, periódicos e similares;
5. Elaborar, anualmente, o Plano de Trabalho, em conjunto com o MPE/BA, que será parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA QUINTA: DA VIGENCIA

O presente Termo de Cooperação Técnica entrará em vigor na data de sua assinatura, com prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser resiliado a qualquer tempo, por qualquer das partes, mediante notificação escrita a outra com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, ou rescindido unilateralmente, se houver inadimplemento de qualquer das cláusulas aqui pactuadas.

Parágrafo Único: A denúncia não prejudicará a colaboração mútua dos trabalhos em andamento.

CLÁUSULA SEXTA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Termo de Cooperação Técnica não envolve transferência de recursos financeiros entre os signatários. Cada um deverá arcar, mediante recursos próprios, com as despesas necessárias ao cumprimento das obrigações que lhes foram conferidas por este instrumento, razão pela qual deixam de mencionar o valor dos recursos financeiros destinados para atender às despesas e respectivas dotações orçamentárias.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Designam-se, pelo **OSB**, o seu Presidente, o Sr. Carlos André da Silva Prado, e a sua Diretora de Metodologia e Produtos, a Dra. Gabriela Cerqueira Andrade, e pelo **MPE/BA**, o Promotor de Justiça André Luis Silva Fetal e os seus substitutos legais, conjunta ou isoladamente, ou outra pessoa expressamente designada pela Procuradora-Geral de Justiça na ausência dos citados, como gestores deste Termo de Cooperação Técnica e por consequência responsáveis legais para os correspondentes efeitos, especialmente no que tangem à fiscalização e acompanhamento da efetiva execução do objeto deste Termo de Cooperação Técnica.

Parágrafo Único: A substituição dos gestores aqui designados caracteriza ato unilateral, dando-se ciência ao partícipe, de qualquer alteração, por meio de comunicação escrita.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES

As adições ou variações em qualquer cláusula para modificar este Termo de Cooperação Técnica, exceto quanto ao seu objeto, mediante consentimento mútuo, serão formalizadas através de Termos aditivos, que passarão a integrar este instrumento.

CLÁUSULA NONA: DA PUBLICAÇÃO

Extrato deste Termo de Cooperação Técnica será publicado:

I - no Diário da Justiça Eletrônico, por iniciativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos no presente ajuste serão resolvidos de comum acordo entre os partícipes, podendo ser firmados, se necessário, Termos Aditivos que farão parte integrante deste Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Cidade de Barreiras para dirimir quaisquer questões oriundas do presente ato, renunciando as partes convenientes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, firmam o presente em 02 (duas) vias, para que produza seus efeitos legais, após a publicação na Imprensa Oficial.

Salvador-BA, de Julho de 2016.



Ministério Público do Estado da Bahia - MPE/BA



Observatório Social de Barreiras - OSB

Testemunhas:

Andre Carlotto Vielmo

NOME: ANDRE CARLOTTO VIELMO

[REDACTED]

Herbert Boneto dos Anjos

NOME: Herbert Boneto dos Anjos

[REDACTED]

[Signature]

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA GABINETE

RESUMO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 003.0.83366/2016.

Parecer Jurídico: 516/2016.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e observatório Social de Barreiras - OSB, CNPJ nº 23.333.364/0001-61.
Objeto: Realização de ações integradas entre o MPE/BA e o OSB, em todos os seus projetos e programas, áreas de conhecimento, com o fito de efetivar a fiscalização dos atos dos Poderes Públicos, consagrando o controle social, de modo preventivo e repressivo.
Vigência: 05 (cinco) anos, contados a partir da data de assinatura das partes convenientes.

RESUMO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo: 003.0.123819/2016.

Parecer Jurídico: 623/2016.

Convenientes: Ministério Público do Estado da Bahia e Ministério Público do Trabalho, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região, CNPJ nº 26.989.715/0036-32.
Objeto: Articulação e interação dos partícipes para atuação em conjunto no enfrentamento ao trabalho infantil e na proteção ao trabalhador adolescente.
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura das partes convenientes.

RESUMO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO A CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATO Nº 102/2013-SGA

Processo: 003.0.57786/2016.

Parecer jurídico: 311/2016.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Floram Engenharia e Meio Ambiente, CNPJ nº 02.479.401/0001-00.
Objeto contratual: Prestação de serviços consultoria para elaboração, execução de diagnósticos e relatórios técnicos acerca da situação da gestão ambiental em 54 (cinquenta e quatro) municípios baianos situados na bacia do São Francisco com realização de cursos sobre licenciamento, fiscalização e educação ambiental.
Objeto do Aditivo: majorar o objeto contratual, acrescentando 01 (um) curso de capacitação ao Produto 03; alteração das Cláusulas Terceira, itens 3.1.1.3 e 3.1.1.4, Quarta, item 4.1, e Sexta, item 6.1.1.

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0018 - Destinação de Recurso (Fonte) 5.300/331.100845 - Ação (P/A/OE) 6269 - Natureza de Despesa 33.90.35 e 33.90.39.
Data do Aditamento: 08 de abril de 2016.

DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

PORTARIA Nº 140/2016

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, de acordo com o estabelecido nos artigos 84 e 85 da Lei 6.677 de 26 de setembro de 1994, resolve reconhecer a gratificação de adicional por tempo de serviço para os servidores desta Instituição, conforme quadro abaixo:

MAT	NOME	% RECONHECIDO	MÊS/ANO
353.184	JADIEL SANTOS DE AZEVEDO	5%	05/2016
353.160	MARIA ROSINEIDE DA SILVA SALES	5%	05/2016
353.175	ANTONIO LUIS ALVES BARBOSA	5%	05/2016
353.193	RICKSON JOSÉ DA SILVA OITAVEN SAMPAIO	5%	06/2016
353.148	ELEN ORELLANA FILGUEIRA	5%	05/2016
353.196	ANTONIO ROMEU SENA OLIVEIRA	5%	06/2016
353.149	GLORIA MARIA CARVALHO CORREA	5%	05/2016
353.186	LUDMILLA PALMEIRA ANDRADE	5%	05/2016
353.158	EDISON FERREIRA FILHO	5%	05/2016

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, 30 de junho de 2016.

FREDERICO WELINGTON SILVEIRA SOARES
Superintendente de Gestão Administrativa